

Haroldo Hollanda

Parecer de Severo recebe críticas

O senador paulista Severo Gomes, conhecido por suas posições liberais como integrante da corrente de centro-esquerda do PMDB, está apanhando não só dos conservadores como da esquerda, em virtude do parecer que apresentou como relator da Comissão do Poder Econômico da Constituinte. Tanto a esquerda como os conservadores, vendo a questão do ponto de vista dos seus interesses políticos, concluem que o relator pouco contribuiu para os objetivos que cada qual tenciona alcançar. O deputado pernambucano Oswaldo Lima Filho, ligado à esquerda do PMDB, chegou a acusar o relator de "ter afinal despido sua máscara de nacionalista".

O deputado fluminense Wladimir Palmeira, do PT, mais comedido, acha que Oswaldo Lima Filho exagerou nas suas apreciações sobre o comportamento político do relator. Mas mesmo assim o representante do PT entende que Severo foi bastante tímido, pois nada avançou em matéria de reformas agrária e urbana no seu parecer. Para Oswaldo Lima Filho, um dos aspectos do parecer mais passíveis de críticas, é a definição de empresa nacional feita por Severo. De acordo com ele, tanto a Shell como a Esso poderiam se ajustar ao perfil de empresa nacional estabelecido pelo relator.

O ex-ministro e deputado Delfim Netto, do PDS, manifesta sua opinião contrária a que empresas estrangeiras tenham acesso à poupança nacional. Mas faz restrições à definição de empresa nacional fixada em seus conceitos pelo senador Severo Gomes. E também contra a que se promova qualquer discriminação entre empresas nacionais e estrangeiras.

O deputado paulista Roberto Cardoso Alves, identificado com o pensamento conservador da comissão, anuncia que hoje apresenta um substitutivo ao parecer elaborado por Severo. De outra parte, o deputado Wladimir Palmeira, do PT, informa que também terá o seu substitutivo concluído até hoje à noite, mais para marcar posição, segundo ele próprio reconhece. As esquerdas têm plena consciência de que se encontram em minoria na comissão. O deputado Wladimir Palmeira acusa Severo de ter se entendido, preferencialmente, com os conservadores.

O senador Severo Gomes tentou assumir atitude de equilíbrio entre as posições dos conservadores e das esquerdas. Acabou desagrando a ambas as correntes, dado o clima de radicalização política que vai tomando conta dos integrantes daquela comissão, às vésperas de decisões de grande repercussão. É possível até que haja um acordo entre Severo e os conservadores, dependendo do curso que venham a assumir os acontecimentos nas próximas horas. Há variações no pensamento das esquerdas, assim como no dos conservadores, o que pode facilitar ao senador Severo Gomes a obtenção de um acordo com a maioria da comissão. Mas também não se deve excluir a hipótese de um total rompimento entre as partes, a exemplo do que sucedeu na fase preliminar das subcomissões encarregadas de tratar de temas como o da reforma agrária e o da ordem econômica.

Reações

Em conversa informal com um grupo de jornalistas, o deputado Carlos Santana, líder do governo na Câmara, faz algumas restrições ao parecer apresentado pelo deputado Egidio Ferreira Lima, do PMDB, como relator da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de governo. Não entender de vários parlamentares, o parecer de Egidio propõe um parlamentarismo quase puro, em que o presidente da República é apenas chefe de Estado, cabendo na prática, a direção de todos os negócios do governo ao primeiro-ministro.

A principal crítica de Santana ao parecer de Egidio é que um presidente da República, eleito pela maioria absoluta dos votos do eleitorado brasileiro jamais se submeterá a um sistema de governo em que acabará sendo apenas uma figura decorativa. O líder do governo acha que o sistema proposto por Egidio traz, em seu bojo o germe da crise, uma vez que ele não contempla com poderes de fato o presidente da República, embora seja eleito pelo voto direto e popular. Do mesmo modo o líder do governo prevê outra fonte de crises contínuas na figura do voto individual de censura a cada um dos ministros do gabinete. Mas reconhece que esse é um aspecto que provavelmente Egidio ali pôs para negociar. Segundo sua opinião, para dar estabilidade ao regime é preciso que o voto de censura seja circunscrito ao primeiro-ministro.

Para o líder do governo o mais estranho é que o relator, no seu parecer, não tenha levado em conta o resultado da Subcomissão do Poder Executivo, cujo relatório, apresentado pelo senador gaúcho José Fogaça, propunha um misto de parlamentarismo com presidencialismo sistema que o Planalto se dispõe a aceitar numa negociação. O parecer de Fogaça foi fruto de entendimento político, mas é bastante criticado porque ele cedeu a uma exigência do deputado Expedito Machado, pela qual os ministros militares e os do Gabinete Civil e Relações Exteriores não seriam passíveis de voto de censura pela Câmara. Teríamos assim, segundo julgamento dominante, ministros de primeira e de segunda classes.

Desencanto

Há vinte dias que o senador fluminense Afonso Arinos, presidente da Comissão de Sistematização da Constituinte, não vem a Brasília. O deputado Bernardo Cabral atribui esse fato ao desencanto sofrido por Arinos com os rumos imprimidos às atividades da Constituinte. Lembra Bernardo Cabral que se pode até discordar de Arinos, mas não se pode negar a contribuição que ele tem condições de oferecer à Constituinte, em virtude do seu saber e experiência.

Pessimismo

O senador cearense Virgílio Távora, do PDS, viveu por dentro, como ministro, a experiência parlamentarista adotada pelo Brasil após 61. Revela-se pessimista a respeito do sonho alimentado pela maioria da Constituinte, que pretende dotar o país de um regime de gabinete. "Só quem não conhece o Brasil — trisa ele — pode pensar em regime parlamentarista para o nosso país".

GOUGON



Hora de decisão

Os trabalhos da Constituinte chegam a uma etapa decisiva, com o prazo final até amanhã para a entrega de emendas aos relatórios das comissões temáticas, os quais serão colocados em votação até sexta-feira. Salvo alguma prorrogação — que dificilmente ultrapassará o próximo fim de semana —, iniciaremos a segunda quinzena do mês de junho com os trabalhos da Comissão de Sistematização, de onde sairá o esboço da nova Constituição a ser apreciada em plenário.

Mas à medida que os trabalhos avançam para o crivo da Comissão de Sistematização e a aprovação final do plenário, é forçoso reconhecer que ainda estão distanciados da realidade do cotidiano, contribuindo para um comportamento cético da opinião pública com relação ao desempenho dos constituintes.

Todo esforço classificatório do que foi até agora feito nas subcomissões e comissões temáticas só serve para constatar as tempestuosas condições da vida política do país.

A democracia é o contrário de um regime idealizador e utópico. Ela permite que a sociedade se manifeste no estado de consciência de cada momento. Segundo grandes democratas, o regime representativo é o pior, à exceção de todos os demais. Nele os vícios da sociedade aparecem e se fazem valer.

Esta verdade, afirmada no plano teórico por personalidades como Churchill, pode ser

facilmente constatada em nossa Assembleia Constituinte. Nela a presença de grupos de pressão é constante e importante na tomada de decisões. Isto é natural e até certo ponto desejável. Numa sociedade moderna e complexa esta é uma das formas mais claras de manifestação de aspirações contraditórias.

Na democracia é através da multiplicidade de manifestação de interesses específicos que se afirma o interesse geral. Como todos os setores da população podem se organizar para exprimir e defender seus interesses, ao legislador cabe o papel de árbitro. A ele é delegado o poder de decidir tendo em vista a gama total de aspirações da população.

Entretanto, não seria conveniente que a presença de grupos de pressão se transformasse em elemento definidor das decisões. O papel destes grupos deve ser limitado e os constituintes devem deliberar de acordo com as suas consciências, em consonância com os eleitores que os fizeram seus representantes.

Cada constituinte deve ter em mente que ele é depositário das esperanças de seus eleitores e, por conseguinte, do conjunto da população. Tem de se lembrar que a expectativa do povo em relação ao seu trabalho é enorme. Da nova Constituição se esperam transformações importantes, a abertura de novos caminhos para uma sociedade mais justa e menos desigual. Este compromisso, assumido pela maioria dos eleitos, deve ser honrado.

Ubirajara Ires

O rato xenófobo e o gato patriota

Os primeiros resultados do trabalho dos constituintes, ao nível de subcomissão, não agradaram aos setores conservadores.

Entre outras coisas, eles são acusados de xenófobos.

Os que pensam com a cabeça do senador Roberto Campos vêem, na tentativa de preservação do que é nosso, alergia a tudo o que é estrangeiro.

É lamentável o comportamento desses pseudo-brasileiros, alguns dos quais já encontram dificuldades em se expressar na própria língua, tal a afinidade que adquiriram com o idioma de outros países.

Ninguém, ao defender seu país, suas riquezas, sua tecnologia, seu povo, suas tradições, está pensando em isolamento, em viver à margem do que acontece no resto do mundo. Especialmente quando seu país é um exemplo de tolerância, de miscigenação, de integração racial.

O que se busca é não subjugado, dominado, explorado, descaracterizado por nações mais desenvolvidas. É não ser eternamente o rato indefeso e impotente no jogo desigual com o gato guloso e cruel.

Curioso é que esse mesmo comportamento, quando adotado pelo governo, parlamentares ou cidadãos de outros países, não recebe dos brasileiros por acidente o mesmo tratamento crítico. Ao contrário: a adoção de medidas ou de posições nacionalistas, protecionistas, nesse caso, merece deles toda a compreensão. Se aqui é xenofobia, lá fora é patriotismo. Mesmo quando uma dessas medidas prejudica o Brasil, a turma da «Bob Fields Incorporation» não se dá por vencida. Seu argumento é o de que, ao adotá-la, os responsáveis por ela nada mais fazem do que cumprir o seu dever de defender seu país, sua gente.

Na visão deles, os exploradores são sempre inocentes, cabendo a culpa, única e exclusivamente, a quem é explorado.

Quer dizer: defendem para os outros o que condenam nos seus. Respeitar os símbolos nacionais, valorizar sua cultura e tradições, tirar vantagem nas relações com outros países só é bom e bonito quando feito pelos outros na visão distorcida dos maus brasileiros.

Será que essa gente acredita, mesmo, no que diz: será que pensa que, defendendo interesses externos, está ajudando o Brasil? Será que não desconfia de que ninguém dá nada para ninguém de graça e que, a cada concessão, corresponde a perda de uma parte da soberania?

E será, finalmente, que não sabem essas pessoas que, perdida a soberania, um país deixa de ser um país e se torna uma colônia, e que uma colônia só se desenvolve naquilo que a matriz tiver interesse e não no que é de interesse de seu povo?

Seria bom que quem só admite patriotismo fora de seu país respondesse a essas perguntas, antes de acusar de xenófobo alguém que pensa de forma diferente.

Alguém que sabe que esse povo tem os mesmos direitos de todos os outros, bastando-lhe, apenas, ter consciência disso e lutar para ver suas necessidades atendidas. Porque sabe que, se aceitar a submissão, esse povo merece, mesmo, ser comandado de fora para dentro e explorado, até criar vergonha. (Agência Estado)